

Um debate equivocado

DESENVOLVIMENTISMO PODE SER BOM OU RUIM E O DO BRASIL TEM SIDO PESADO E RUIM

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

O debate desenvolvimentismo versus estabilidade, ora em curso no Brasil, parece a versão local de uma discussão universal: até que ponto o Estado deve (ou não) interferir na economia de modo a promover crescimento e distribuição de riqueza? No caso, os conservadores (ou ortodoxos, ou pró-estabilidade) seriam os que defendessem a mínima intervenção do Estado, deixando que o mercado fizesse o serviço de alocar recursos para o crescimento. Os desenvolvimentistas seriam os favoráveis a ações do Estado (ativismo governamental) na distribuição de incentivos e subsídios a determinados setores da economia, regiões do País e partes da população.

Nesta divisão, o futuro secretário do Tesouro dos Estados Unidos, o economista Lawrence Summers, acadêmico de sólida reputação, seria um desenvolvimentista. De fato, ele já se manifestou a favor de impostos sobre transações financeiras e sobre heranças, incentivos e redução de impostos para investimentos novos no setor produtivo, incentivos para indústrias não poluidoras, tratamento tributário beneficiando salários – e por aí vai.

No exercício do cargo de vice-secretário do Tesouro, Summers sofre, é claro, limitações políticas. Mas sua gestão não pode ser considerada conservadora. Ele foi inclusive o articulador dos programas de resgate do México, Coréia, Brasil, adotando política totalmente oposta à proposta pelos ortodoxos. Para estes, na linha da não intervenção, o FMI e os governos das maiores potências não têm nada que resgatar países que quebram. Deve-se deixar que o mercado cuide disso.

Do mesmo modo, Summers se opôs à redução geral de impostos – proposta dos mais conservadores, segundo os quais é preciso deixar as empresas e

pessoas o mais livre possível de encargos e obrigações, para que possam empreender.

Isso posto, verifica-se como o debate no Brasil está envolvido por uma enorme série de equívocos.

O mercado financeiro no Brasil é pesadamente regulado e taxado. Tem essa história de que bancos não pagam impostos; mas o sistema financeiro tem uma carga pesada de impostos, taxas e contribuições (inclusive duas cobranças sobre as operações financeiras, o IOF e a CPMF). Uma das razões pelas quais os juros ao consumidor

são altos no Brasil é exatamente a elevada carga fiscal nas operações.

Ainda no quadro desenvolvimentista, o governo no Brasil (da União aos Esta-

dos e municípios) concede subsídios e incentivos a setores, regiões, pessoas e empresas. Os sem-terra, por exemplo, recebem dinheiro doado e subsídios diversos. Usineiros também contam com subsídios. Fábricas de automóveis são dispensadas de impostos diversos, de federais a municipais.

Além disso, o governo federal tem uma poderosa máquina de crédito. Os Bancos do Brasil, da Amazônia e do Nordeste, BNDES e Caixa Econômica Federal não apenas concedem crédito mais barato a determinados setores e empresários, como montam operações de modo a apoiar empreendimentos.

Finalmente, existe uma Câmara de Comércio Exterior, à Camex, vinculada diretamente à Presidência da República, cujo objetivo é organizar e apoiar todo o setor exportador.

Em resumo, temos um Estado com enorme poder de intervenção no mercado – e que o utiliza pesadamente. Na verdade, pelos padrões clássicos, o regime brasileiro pode ser tudo, menos neoliberal.

Por que o pessoal reclama, então, que o governo não intervém no crescimento?

Uma reposta é óbvia: o pessoal interessado está achando

pouco. Ou seja, querem mais dinheiro barato ou mesmo de graça, mais créditos subsidiados, mais isenção de impostos. E não se conformam com o argumento de que o dinheiro acabou, ou, vá lá, encurtou.

E quem diz que o dinheiro está curto é acusado de neoliberal. Eis o ponto a verificar-se: por interesse direto, muita gente aqui está considerando neoliberal (ou ortodoxo, ou conservador, ou fiscalista) um conjunto de princípios e regras que hoje são aceitos universalmente nos países estáveis, tanto pelo desenvolvimentista Summers e pelos social-democratas europeus, assim como pelos conservadores.

Orçamentos públicos equilibrados, responsabilidade fiscal (não gastar mais do que se arrecada, não tomar financiamento que não possa ser servido de modo não inflacionário) – isso não é de direita nem de esquerda, mas algo a que se comprometem governos e parlamentos sérios. Não há nada de errado em conceder subsídios e incentivos – quase todos países o fazem – desde que o dinheiro para isso esteja previsto em orçamento equilibrado. E zelar por essa estabilidade nas contas públicas é a função essencial do Ministério da Fazenda. Quando dizem que o ministro Pedro Malan só pensa na estabilidade, estão dizendo que ele não faz mais que sua obrigação.

Estabilidade da moeda, inflação perto de zero e estritamente controlada, sistema financeiro sadio – isso também é compromisso de todo governo sério.

E é a função que os parlamentos atribuem aos bancos centrais. Se Arminio Fraga dedicar todo seu tempo à estabilidade do real, estará fazendo seu serviço.

Financiar de modo não inflacionário o sistema de Previdência, eis aí outra preocupação universal, qualquer que seja a linha política dos governos. É uma discussão importante hoje na Europa e nos Estados Unidos. A preocupação deles é que, se deixada como está, a Previdência pública vai entrar no vermelho daqui a uns 30

anos. Soluções em debate: mais contribuição, menos benefícios, idade maior para aposentadoria e por aí vai. Não é um acesso universal de maldade, é que não há alternativas.

No Brasil, como se sabe, o déficit da Previdência já é astronômico. O problema chegou a esse ponto explosivo simplesmente porque aqui não pegaram as regras universais da estabilidade das contas públicas e da moeda.

Quando a equipe econômica do governo Fernando Henrique tentou resgatar essas regras, o pessoal estranhou. E, como os problemas são graves – um setor público, incluída a Previdência, com um desequilíbrio estrutural, exigindo soluções traumáticas –, há uma tendência para fugir do assunto a qualquer momento de calmaria. Sem contar que levar um dinheirinho público no mole não é para desprezar.

Resumindo:

■ Todo governo concede incentivos, alguns com, mas outros sem, responsabilidade fiscal;

■ o Estado no Brasil é intervencionista e concede subsídios variados;

■ o setor público brasileiro quebrou porque foi, durante anos, desenvolvimentista irresponsável, distribuindo subsídios e benefícios sem fontes de financiamento;

■ a questão essencial no Brasil de hoje é a crise das finanças públicas. Da solução disso depende o futuro crescimento do País.

■ mesmo que tudo o mais estivesse bem, a Previdência estaria quebrada do mesmo modo e continuaria sendo um problema de urgência urgentíssima. A Previdência pode quebrar o Estado e o País;

■ conferir prioridade à estabilidade da moeda e das contas públicas não é ser neoliberal (ou fiscalista ou estabilista). É apenas defender a regra óbvia que as contas precisam fechar;

■ defender a ação do Estado na promoção da economia também é defender o óbvio. Querer que isso se faça à custa da estabilidade é condenar o País ao atraso.

■ Carlos Alberto Sardenberg é jornalista